



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Sexta-feira (31/08) a Quinta-feira (06/09)

Manchetes

Conjur: Cabe à Justiça comum julgar crime cometido por militar em evento privado

Geledés: Polícia de Recife reconhece que aborda mais negros, mas nega racismo

MPF: Após pedido do MPF, nova penitenciária federal terá ala para extraditados

O Globo: Comandante da PM do Rio quer atuação 'implacável' contra bandidos

Senado Notícias: Projeto cria nova cautelar para permitir que presos estudem

O Diário Catarinense: STF mantém proibição de revistas íntimas nos presídios de Santa Catarina

Bahia Notícias: Caso Cabula: Câmara do TJ-BA anula julgamento que inocentou policiais

IG: Comissão suspende pedido para que PF assuma investigação do caso Marielle Franco

Brasil de Fato: Dados da Ouvidoria da polícia de SP sobre civis mortos apontam excessos

Correio Braziliense: Governo estuda liberar gravação de conversas entre advogados e presos

G1: Justiça do RJ determina prisão de dez PMs acusados pelo MP de associação criminosa

Estadão: Juíza de São Paulo rejeita denúncia contra policiais por morte de criança: 'fantasia do MP'

Síntese das notícias

Cabe à Justiça comum julgar crime cometido por militar em evento privado: O ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, concedeu parcialmente *Habeas Corpus* para declarar a incompetência da Justiça Militar para julgar processo em que um militar é acusado de lesão corporal leve contra outro militar em evento particular. A decisão partiu do entendimento do ministro de que cabe à Justiça comum julgar crime cometido por militar contra militar quando os envolvidos estavam fora de atividade. Fonte **Conjur**.

<https://bit.ly/2MGrps5>



Polícia de Recife reconhece que aborda mais negros, mas nega racismo: Pesquisa realizada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) concluiu que 60% dos policiais admitem que abordam mais negros, sem reconhecer, entretanto, que se trata de racismo. Intitulada “Quando a polícia chega para nos matar, nós estamos praticamente mortos: discursos sobre genocídio da população negra no cenário de Recife-PE”, o estudo aponta que uma das maiores dificuldades dos movimentos sociais negros é fazer o Brasil entender que é um país racista e quebrar o mito da democracia racial. Para a autora da pesquisa, Joyce Amancio de Aquino Alves, é importante compreender que o racismo institucional é reproduzido pelos militares como aparelho ideológico e repressivo do Estado, porém é negado e contrário em termos discursivos. “Pensar sobre as práticas policiais racistas ainda é urgente”, ressalta. Fonte **Geledés**.

<https://bit.ly/2wRbo7K>

Após pedido do MPF, nova penitenciária federal terá ala para extraditados: Um dos principais entraves à extradição de brasileiros presos em outros países é a relutância das autoridades estrangeiras em transferi-los em razão das péssimas condições dos presídios no Brasil. Essa situação, no entanto, pode mudar ainda este ano. Atendendo a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) garantiu que vai criar uma ala com 50 vagas, exclusiva para extraditados, que funcionará na 5ª Penitenciária Federal, com previsão de ser inaugurada até o final de dezembro, em Brasília (DF). O número atende à atual demanda. A comunicação foi feita pelo diretor-geral do Depen, Tácio Muzzi Carvalho e Carneiro, em reunião com a secretária-adjunta de Cooperação Internacional do MPF, Denise Abade, realizada no dia 29 de agosto. O tema também foi alinhado com o coordenador da Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do MPF (7CCR), Domingos Sávio Dresch da Silveira. Na ocasião, o diretor-geral do Depen afirmou que o assunto é tratado com prioridade pelo Departamento. Fonte: **MPF**

<https://bit.ly/2MVYsly>

Comandante da PM do Rio de Janeiro quer atuação ‘implacável’ contra bandidos: O **Globo** noticia que o comandante da Polícia Militar, coronel Luiz Cláudio Laviano, declarou que está orientando suas equipes a serem “implacáveis contra os criminosos”. Segundo ele, a integridade física só será garantida aos bandidos que se entregarem. A declaração



foi dada após enterro do sargento Carlos Lucio Neppel de Araújo, do Batalhão de Operações Especiais (Bope), baleado durante uma operação realizada sábado de madrugada em Japeri.

<https://bit.ly/2Q8fz89>

Projeto cria nova cautelar para permitir que presos estudem: Aguarda escolha de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei 160/2018, do senador Cidinho Santos (PR-MT), que altera o Código de Processo Penal (CPP) para criar um novo tipo de medida cautelar: a frequência em curso supletivo profissionalizante ou nos ensinos fundamental, médio ou superior, oferecidos por entidade conveniada com os estabelecimentos prisionais. Os acusados beneficiados terão de comprovar mensalmente, por meio de declaração da unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar. Fonte: **Senado Notícias**

<https://bit.ly/2wPcTUI>

STF mantém proibição de revistas íntimas nos presídios de Santa Catarina: O **Diário Catarinense** noticia que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a proibição de revistas íntimas a visitantes de presídios em Santa Catarina. A decisão foi tomada pela ministra Cármen Lúcia, que manteve uma liminar favorável à Defensoria Pública do Estado. A decisão foi tomada em maio deste ano, mas só foi divulgada pela Defensoria Pública no dia 04/09. De acordo com a Defensoria, familiares de presos são obrigados a ficar nus, em cima de espelhos, além de terem que se agachar, exibindo as partes íntimas aos agentes prisionais. A revista era feita a cada visita em, pelo menos, 34 unidades prisionais do Estado, segundo a entidade. No entendimento da presidente do STF, essas visitas são vexatórias e ferem o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

<https://bit.ly/2wJe1Za>

Caso Cabula: Câmara do TJ-BA anula julgamento que inocentou policiais: O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) anulou o julgamento que inocentou os policiais militares envolvidos na morte de 12 pessoas no bairro do Cabula, em Salvador. Em sessão realizada na terça-feira (4), a 1ª Turma da 1ª Câmara Criminal acatou uma preliminar solicitada pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) para recorrer da decisão. O caso ocorreu em fevereiro de 2015, quando, de acordo com a acusação do MP, os PMs



teriam "acuado usuários de drogas e eventuais traficantes que se encontravam nas imediações" e "executado sumariamente" 12 jovens e adolescentes, ferindo outros seis. Os nove policiais militares que eram réus no processo foram inocentados em julgamento realizado pela juíza Marivalda Almeida Moutinho, substituta do 1º Juízo da 2ª Vara do Júri, em julho de 2015, cerca de cinco meses após o caso. A decisão da magistrada foi monocrática. Desde a absolvição, o Ministério Público também buscou levar o processo da esfera estadual para a federal. Fonte: **Bahia Notícias**.

<https://bit.ly/2oMpLqz>

Comissão suspende pedido para que PF assuma investigação do caso Marielle

Franco: A Comissão Externa que acompanha as investigações dos assassinatos da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes suspendeu, na terça-feira (4), o requerimento para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitasse ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) transfira as investigações do crime para a alçada federal. A suspensão foi realizada por sugestão do presidente do colegiado, o deputado Jean Wyllys, e também do relator, deputado Glauber Braga, ambos do Psol no Rio de Janeiro. Autora do pedido da federalização do caso de Marielle Franco e Anderson Gomes, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) aceitou retirar o pedido da pauta, uma vez que o Ministério Público do Rio "prometeu se envolver de forma mais clara" com a apuração dos crimes, dando mais transparência às informações que possam ser divulgadas. Fonte: **IG**

<https://bit.ly/2QfGgYG>

Dados da Ouvidoria da polícia de SP sobre civis mortos apontam excessos: Brasil

de Fato noticia que a pesquisa "Uso da Força Letal por Policiais de São Paulo e Vitimização Policial em 2017", organizada pela Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, analisou informações e dados técnicos de 639 ocorrências que vitimaram 756 dos 940 civis mortos em decorrência de intervenção policial no estado de São Paulo. O estudo mostra que houve excesso da parte dos policiais em 74% dos casos analisados. Com maioria absoluta de vítimas do sexo masculino, aproximadamente 50% dos mortos tinham entre 18 a 25 anos e 65% eram negros. A Ouvidoria também identificou que em 67% das ocorrências não foi registrada a presença de testemunhas, ou seja, a narrativa das abordagens e dos assassinatos foi apenas dos policiais envolvidos.



<https://bit.ly/2M5B7Pp>

Governo estuda liberar gravação de conversas entre advogados e presos: Correio

Braziliense noticia que a Subchefia de Assuntos Jurídicos (SAJ) da Casa Civil analisa uma proposta de projeto de lei para liberar a gravação de conversas entre detentos de penitenciárias federais e seus advogados. A informação foi dada pelo ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, durante o IX Workshop Sistema Penitenciário Federal, realizado em Brasília. Segundo Jungmann, a gravação das conversas entre defensores e criminosos nos presídios federais é parte de uma proposta entregue pelos juízes corregedores das quatro penitenciárias federais brasileiras. Além da liberação da gravação e arquivamentos das conversas, os juízes defendem o fim da visita íntima para líderes de facções criminosas e cumprimento integral da pena desses condenados no sistema federal.

<https://bit.ly/2oMV7x1>

Justiça do RJ determina prisão de dez PMs acusados pelo MP de associação

criminosa: G1 noticia que o Conselho Especial de Justiça da Auditoria Militar determinou na última quarta-feira (5) a prisão de dez policiais acusados pelo Ministério Público fluminense de, entre outros crimes, associação criminosa. Os PMs foram denunciados pelo MP por supostos crimes ocorridos em áreas de duas UPPs, entre 2016 e 2017. O major Alexandre Frugoni, ex-comandante das unidades de Polícia Pacificadora do Caju e Fallet/Fogueteiro, é apontado pelo MP como chefe do grupo criminoso. Fora a associação, os militares também são acusados pelos promotores de cometer fraude processual, falsidade ideológica, apropriação indébita e organização de grupo para prática de violência.

<https://glo.bo/2NiGG1K>

Juíza de São Paulo rejeita denúncia contra policiais por morte de criança: A juíza do 1º Tribunal do Júri de São Paulo, rejeitou na quarta-feira (5), a denúncia ofertada pelo Ministério Público contra cinco policiais militares envolvidos no caso do menino Ítalo, morto a tiros na Vila Andrade em 2016. A magistrada disse que a acusação, que imputava os crimes de homicídio e fraude processual aos agentes, tem elementos de “fantasia” por parte do promotor e é “divorciada da realidade”. O promotor Fernando César Bolque havia

SINOPSE DE NOTÍCIAS



denunciado à Justiça os policiais por acreditar que os agentes haviam atirado sem necessidade e forjado disparos por parte da vítima. Ítalo Ferreira de Jesus Siqueira, de 10 anos, foi morto após furtar um carro na garagem de um edifício, colidir com outros veículos na rua e se envolver em uma perseguição com a PM, que o matou após o veículo parar. Fonte: **Estadão**.

<https://bit.ly/2MRhgbX>